

Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro

Concorrência nº001/2019

Resposta aos recursos na fase de habilitação



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 99 Fls. 568
PRESIDENTE DA C. P. L.

RECURSO DA LICITANTE MAV MASTER AUDIO PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA.

Primeiro questionamento: A falta das declarações previstas nas alíneas “h”, “i” e “j” da Cláusula “V.01.01 – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA”

O processo administrativo nº093/2018, aberto em 10/12/2018 por solicitação do Ilmo. Sr. Roberto Sebastião Torres, Secretário Geral da Câmara Municipal de Nova Friburgo, foi iniciado na modalidade Tomada de Preços.

A publicação dos avisos da Tomada de Preços nº001/2019 foi realizada no site www.novafriburgo.rj.leg.br, no Jornal A Voz da Serra, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Expresso, no dia 16/01/2019, sendo a data marcada para o certame o dia 30/01/2019, conforme fls. 93-97 do referido Processo.

Tendo sido verificado um erro no cálculo das parcelas mensais estimadas do serviço, houve necessidade de republicação, com abertura de novo prazo e remarcação do certame para 12/02/2019 (fls.98-107).

Em 07/02/2019, a empresa Rio Brasil Participações Ltda EPP entrou com pedido de impugnação ao Edital, ao qual foi negado provimento (fls. 108-119).

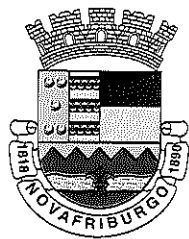
Em 12/02/2019, data marcada para início do certame, a CPL verificou a existência de outro erro no valor estimado do contrato e nas quantidades estimadas de informativos e chamadas, constantes no Termo de Referência. Em consequência, foi preciso adiar novamente o certame, para o dia 28/02/2019, para fazer as correções necessárias (fls. 120-126).

No dia 18/02/2019, a empresa Rio Brasil Participações Ltda. EPP impetrou representação no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em relação a possíveis irregularidades no Edital da Tomada de Preços nº001/2019. A Conselheira Substituta Andrea Siqueira Martins, decidiu monocraticamente pelo deferimento de medida cautelar referente ao adiamento do certame até o pronunciamento definitivo da Corte.

Em 21/02/2019 a CPL publicou o adiamento *sine die* do certame, para aguardar a decisão final da corte de contas (fls. 137-140).

Em 20/03/2019 o Plenário do TCE-RJ expediu comunicado ao Presidente da Câmara determinando:

- A manutenção do adiamento do certame até sua decisão final;



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro



PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 001/2019 Fls. 569

Presidente da C.P.L.

- A necessidade de justificativa acerca da escolha da modalidade de Tomada de Preços, tendo em vista que a renovação do contrato resultaria na exorbitância dos valores limites desta modalidade de licitação;
- A exclusão ou justificativa da alínea “f” do item V.01.03 do Edital, relativa à comprovação, para fins de habilitação técnica, de “contrato de cessão de uso de canal local, cujo sinal alcance o Município de Nova Friburgo, ou, pelo menos, a maioria de seus distritos, em seu nome, vigente durante toda a duração da prestação do serviço aqui licitado”, por se tratar de regra restritiva;
- O esclarecimento sobre a real necessidade da exigência de apresentação do “contrato de cessão de uso de canal” pelos licitantes e em que moldes se dá esta contratação, por se tratar de exigência impeditiva da execução dos serviços objeto do edital;
- Justificativa da obrigatoriedade de realização de visita técnica em detrimento da possibilidade de apresentação de declaração do licitante de que tem conhecimento pleno do objeto, em conformidade com o Enunciado de Súmula nº1 do TCE-RJ;
- Republicação do Edital da Tomada de Preços nº001/2019 no site da Câmara.

Após verificar o atendimento de todos os itens da decisão acima citada, incluindo o envio de cópia do Edital da licitação, já alterada para Concorrência nº001/2019, com todas as correções exigidas pelo TCE-RJ, a Coordenadora de Exame de Editais – CEE do Tribunal sugeriu a revogação da tutela provisória de forma a permitir a continuidade do certame.

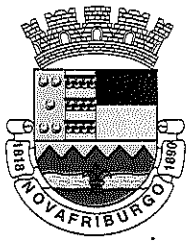
Sendo assim, em 07/05/2019 o Conselheiro Substituto Marcelo Verдини Maia, emitiu seu voto determinando a revogação da tutela provisória, possibilitando o prosseguimento da licitação.

Em seguida à notificação deste voto, a CPL publicou o Edital da Concorrência nº 001/2019, marcando o certame para 26/06/2019 (fls. 147-170).

Conclui-se, conforme o exposto, que a Concorrência nº001/2019 faz parte do Processo Administrativo CPL nº093/2018, o mesmo que havia dado início à Tomada de Preços nº001/2019, o que pode ter dado causa ao **erro meramente formal** na expedição das declarações da licitante G.A.C. da Silva Produções Audiovisuais e Pesquisas ME.

Segundo questionamento: A inexistência de atestados de Capacidade Técnica

A declaração emitida pelos servidores Marcos Antonio Silva Miranda e Emanuel Garcia Barata (fl. 399) faz referência à execução do Contrato nº020/2017, o que, se não está explícito no documento, depreende-se do fato de ter sido o único contrato realizado entre a Câmara Municipal de Nova Friburgo e a empresa G.A.C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS – ME. O Termo de Referência daquele contrato é o mesmo utilizado no Edital da Concorrência nº001/2019. Sendo



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 13 Fis. 570
PRESIDENTE DA C. P. L.

assim, se dois servidores desta Casa Legislativa informaram em documento datado, assinado e carimbado, que, enquanto gestores do referido contrato, consideraram o serviço prestado com bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, é lógico concluir que este atestado comprova que a licitante possui experiência e capacidade técnica na execução de todos os serviços exigidos no presente Edital.

Terceiro questionamento: A inobservância de requisito essencial em declaração de qualificação técnica

Embora não haja a informação do tempo de experiência dos profissionais da empresa G.A.C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS ME, é possível obter-se esta informação através das cópias das carteiras de trabalho de todos os membros da equipe e das ARTs do Engenheiro (fls. 406, 407, 410-412, 414, 415, 417, 418, 420, 421, 423, 424, 426, 428, 429, 431, 432, 436, 437).

Em razão de todos os esclarecimentos acima, a Comissão Permanente de Licitações nega provimento ao recurso da empresa MAV MASTER AUDIO PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA.

Encaminhamos o processo ao Exmo. Sr. Alexandre Cruz, Presidente, para análise e parecer.

Nova Friburgo, 16 de setembro de 2019


Silvia Zveiter de Albuquerque Rocha

Presidente da Comissão Permanente de Licitações